

## CONHECENDO A EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA PARA OBTENÇÃO DE CREDITO RURAL.

<sup>1</sup> FERRO, M. C. S.;  
<sup>1</sup> GONÇALVES A. C.;  
<sup>1</sup> SILVA, S. A. C.;  
<sup>1</sup> MUNIZ, V. M. P.;  
<sup>2</sup> SILVA, E. A.

<sup>1</sup> Graduando em Agronegócio – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas. E-mail: sarah.aires2016@gmail.com, aryeli.poof@gmail.com, victor.muniz@icloud.com, recepcaocoronels@gmail.com

<sup>2</sup> Técnico em Gestão do Agronegócio. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas. E-mail: eduardoalves.go@gmail.com

**Resumo:** A educação cooperativista é uma importante ferramenta para o entendimento do cooperativismo, capacitando as pessoas a adquirirem conhecimento sobre o processo de cooperação, trabalho, educação e democracia. O cooperativismo de crédito vem alcançando destaque crescente no Brasil. No entanto, esse serviço ainda está aquém do desejado e esperado para o atendimento à comunidade agroindustrial. Quanto menor for a renda e os rendimentos obtidos pelo produtor a partir de suas atividades, mais dificuldades para conseguir crédito com as entidades financiadoras. O trabalho foi elaborado através de pesquisa bibliográfica, descritiva com dados cedidos pela OCB e órgãos gestores. O acesso ao crédito ainda está recluso a certos níveis sociais, embora, maioria dos municípios já contam com pelo menos uma instituição financeira. No Estado do Tocantins há 3 cooperativas de crédito sendo Sicoob Credipar com sede em Paraisópolis do Tocantins e mais 11 filiais pelo estado, Sicredi com sede em Campo Grande-MS e 6 filiais no estado do Tocantins, Sicoob Unicentro Brasileira com sede em Goiânia, com 3 filiais no Tocantins. Este trabalho teve como objetivo refletir sobre a educação cooperativista e as cooperativas de créditos, a evolução do crédito rural e o seu impacto no agronegócio tocantinense.

**Palavras-chave:** cooperativas de crédito, crédito rural, educação cooperativista.

### Introdução

A educação cooperativista é uma importante ferramenta para o fortalecimento do cooperativismo, pois ela permite a compreensão entre educação e cooperação, além de capacitar as pessoas a adquirirem um melhor conhecimento sobre o que é e exigir a cooperação, sobre o que é a identidade específica das organizações cooperativas, visando igualmente atrair novos associados, reforçando e qualificando a participação dos cooperados, reciclar os funcionários para que eles possam ter um bom relacionamento com os coproprietários do empreendimento e, também, para conhecer melhor a organização na qual trabalham (SCHNEIDER, 2003).

As cooperativas fundamentam em dimensão econômica e social, sempre com o foco no associado e na comunidade que ele vive e produz. A consolidação do sistema cooperativista

tem papel significativo no desenvolvimento da sociedade, pois promove, dentre outros benefícios, acesso a crédito, educação, moradia, saúde, e ao mercado de trabalho, com responsabilidades sociais e ambientais (OCB, 2004).

As cooperativas brasileiras são representadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), órgão máximo de representação. Os principais objetivos da OCB estão relacionados à promoção, fomento e defesa do cooperativismo brasileiro, em todas as instâncias políticas e institucionais. Somado aos objetivos, destaca-se o seu comprometimento com a preservação e o aprimoramento do sistema, o incentivo e a orientação das organizações cooperativas (FUNDACE, 2006).

O Crédito Rural abrange três grandes áreas do agronegócio sendo custeio, investimento ou ainda a comercialização. As regras, finalidades e condições para acesso a esse recurso estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco do Brasil e que são seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). As cooperativas de crédito são autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central, ao contrário dos outros ramos do cooperativismo, tais como transporte, educação e agropecuária. As cooperativas de crédito tiveram crescimento do início do século XX até meados da década de 60, quando começaram a declinar, principalmente devido ao advento da Lei 4.595/64 (lei da reforma bancária), que reestruturou o sistema financeiro nacional e definiu novas normas de política creditícia. Em decorrência dessa lei, as cooperativas de crédito foram consideradas instituições financeiras e, então, coube ao Banco Central do Brasil a autorizar seu funcionamento e fiscalizá-las (SILVA; BACHA, 2007).

As linhas de crédito para investimentos contam com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) e dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. As contratações de Crédito Rural têm sua evolução acompanhada pela Secretaria Política Agrícola (SPA) de julho a junho, período que compreende o ano agrícola, e o desempenho do crédito rural é divulgado mensalmente.

O Brasil vem passando por uma transformação na cadeia agropecuária nos últimos 50 anos, contando com avanços advindos sobretudo do crédito agrícola aliado à pesquisas agropecuárias e assistência técnica qualificada, fazendo com que o acesso ao crédito seja o principal instrumento da política agrícola nacional. No entanto, muitas famílias rurais com baixa renda e que tem a agricultura como principal fonte provedora de capital, não conseguem obter o valor em crédito quanto necessitam ou por vezes não chegam nem a obtenção de nenhum

valor, tendo que recorrer a métodos informais de obtenção de crédito, para que consigam se manter na atividade (SCHUNTZEMBERGER, 2016).

O principal fator que dificulta a liberação de crédito para muitos produtores se dá em virtude da falta de informações concretas e que forneçam, de certo modo, garantias de que o empréstimo será quitado futuramente, uma vez que o prestador não pode pôr em risco o seu portfólio de empréstimos. A inadimplência sofrida pelos agentes financeiros ainda é um dos grandes entraves relacionados ao crédito rural (AZEVEDO; SHIKIDA, 2004).

### **Metodologia**

A metodologia do presente trabalho foi elaborada conforme descrito por Antonio Carlos Gil em sua obra “Como elaborar projeto de pesquisa” – 4ª edição, 2002. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de campo, descrita pelo autor como:

*“O estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2002).”*

Lançou-se mão também da pesquisa bibliográfica como ferramenta para a elaboração desse projeto de pesquisa, descrita por Lima; Miotto (2007) como:

*Um procedimento metodológico que se oferece ao pesquisador como uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa. Para tanto, parte da necessidade de exposição do método científico escolhido pelo pesquisador; expõe as formas de construção do desenho metodológico e a escolha dos procedimentos; e demonstra como se configura a*

*apresentação e análise dos dados obtidos (LIMA; MIOTO, 2007).*

Fonseca (2002) descreve a pesquisa bibliográfica como sendo o levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos. Ainda segundo o autor, todo trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, o que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Trata-se, contudo, de uma pesquisa com abordagem quantitativa, que tem por característica a objetividade influenciada pelo positivismo, dessa forma considera-se que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno e as relações entre variáveis (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

## **Resultados e Discussão**

Com base nos dados dispostos no Censo Agropecuário de 2006, dos estabelecimentos agropecuários, excluindo-se assentamentos e a agroindústria, 33,48% conseguiram algum tipo de crédito rural. No entanto, 279.236 estabelecimentos favorecidos foram da região Sul, contrastando contra 22.940 estabelecimentos da região Norte (IBGE, 2006).

A distribuição financeira do Brasil não é homogênea, ou seja, varia de acordo com a região, uma vez que se aproxima mais da participação do Valor Bruto da Produção Agropecuária de cada região do que do número de estabelecimentos agropecuários. Em 2009, o Norte e o Nordeste apresentavam o maior número de estabelecimentos rurais, contudo, apenas 11% dos recursos de crédito financeiro foram destinados para essas regiões (IBGE, 2010).

Em 2015, o número de cooperativas (incluindo sede e filial) nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste eram de 60, 92 e 98 respectivamente, contra 358 da região Sul e 538 agências da região Sudeste. Quanto ao crédito, as cooperativas tiveram crescimento significativo entre 2010 e 2014, passando de R\$29,7 para R\$67,6 bilhões de reais. Em 2012 a região Norte contava com 94.867 mil cooperados enquanto nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, esse número era de 302.149, 448.076, 1.910.431 e 2.727.632 cooperados, respectivamente, conforme demonstrado na Tabela VI (BCB, 2015).

REGIÃO	Nº COOPERATIVAS	Nº COOPERADOS
<b>Norte</b>	<b>68</b>	<b>114.309</b>
Centro - Oeste	97	454.067
Nordeste	102	409.179
Sul	370	2.878.124
<b>Sudeste</b>	<b>560</b>	<b>2.000.235</b>

**Tabela VI:** Número de cooperativas de crédito e de cooperados por regiões brasileiras ao longo de 2010\2015 (Fonte: BCB, 2015).

Apesar da evolução na quantidade de créditos concedidos nas regiões Norte e Nordeste entre os anos de 2010 e 2014, observa-se que houve maior concentração nas regiões Sul e Sudeste, conforme exposto na Tabela VII. Esse fato acaba evidenciando que as operações do segmento são mais eficientes nas regiões mais assistidas pelo segmento bancário e mais desenvolvidas economicamente (BCB, 2015).

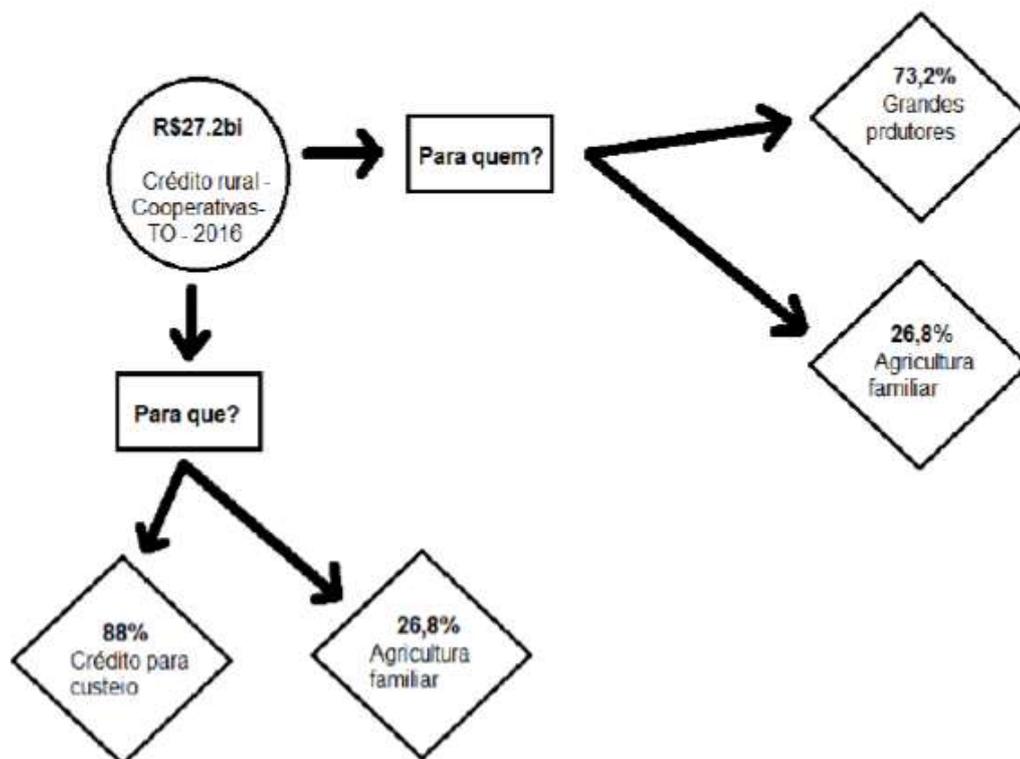
VALORES EM R\$ MILHÕES	2010	2011	2012	2013	2014	EVOLUÇÃO 2010-2014
Centro-Oeste	3.537,6	4.439,5	5.622,2	6.769,1	7.821,4	121%
Nordeste	883,3	1.141,6	1.361,4	1.561,0	1.724,5	95%
<b>Norte</b>	<b>377,0</b>	<b>538,5</b>	<b>668,8</b>	<b>879,6</b>	<b>1.120,3</b>	<b>197%</b>
Sudeste	8.124,3	9.708,3	11.427,3	13.061,3	14.097,4	74%
Sul	9.487,2	11.450,0	14.178,5	17.801,6	21.253,4	124%
Brasil	22.409,3	27.278,0	33.258,2	40.172,5	46.017,0	105%

**Tabela VII:** Evolução do volume de crédito cedido a pessoas físicas por região (Fonte: BCB, 2015).

Conforme dados cedidos por Sardanha (2017), as carteiras de financiamentos de crédito rural nas cooperativas do estado do Tocantins em 2016 somaram um total de R\$ 27.2 bilhões, emprestados para mais de 30 mil produtores rurais. 73,2% dos empréstimos foram destinados a produtores com alta renda, idade entre 35 e 60 anos, que dispunham de algum tipo de escolaridade ou especialização e ainda, que somavam renda anual igual ou superior a R\$ 400 mil comprovados na Receita Federal.

Os outros 26,8% dos empréstimos foram destinados a agricultores com baixa renda, tendo como única fonte geradora de recursos financeiros a própria produção (lavoura, leite, hortaliças). O perfil desses agricultores é descrito com baixo nível de escolaridade e poucos indivíduos possuíam alguma especialização e ainda, com idade variando entre 25 e 65 anos.

Dos R\$ 27.2 bilhões de créditos concedidos para os produtores do estado do Tocantins, 88% foram destinados ao crédito de custeio e os outros 12% se dividiram entre crédito para investimento e comercialização. As operações de crédito rural solicitadas nas cooperativas estaduais foram destinadas a suprir as demandas de produtores de arroz, soja, cana-de-açúcar, milho, melancia, abacaxi, sorgo e criação de bovinos, suínos, aves, produção de alevinos entre outros.



**Fluxograma:** Carteira de financiamentos de crédito rural por Cooperativas no Tocantins em 2016 (Fonte: SARDANHA – acervo pessoal).

## Conclusões

O cooperativismo de um modo geral está presente no nosso dia-a-dia, ainda que de forma indireta para a grande maioria das pessoas, pois a liberdade, a livre iniciativa, a redução de desigualdades, a solidariedade, a promoção do bem comum ou coletivo e a não discriminação. Por mais avanços que o cooperativismo de crédito tenha sofrido nos últimos anos, muito ainda se têm que melhorar. As políticas existentes atendem apenas uma pequena população de produtores em virtude de suas regras e que, muitas vezes, não permite que produtores que não se encaixem perfeitamente em suas diretrizes consigam o empréstimo. Um dos principais gargalos do sistema credial ainda está na inadimplência. O produtor tem,

necessariamente, que fornece informações concisas e que de alguma forma, garanta ao prestador que será devidamente reembolsado.

Nos últimos anos, a disseminação de instituições financeiras bem como as cooperativas sofreram oscilações, que atingiram também o número de pessoas beneficiadas por seus serviços. No entanto, ano após ano, mais dinheiro tem sido injetado para o crédito rural, isso denota que, a procura ou o empréstimo desse dinheiro poderia estar beneficiando um número maior de produtores que, não o conseguem em virtude da falta de informação ou mesmo, a falta de acesso a esse serviço.

Comprovando que a desigualdade entre as regiões do país é incontestável, dessa forma, as análises sobre os diversos tipos de financiamento rural no Brasil devem levar em conta a heterogeneidade existente entre as regiões, visando auxiliar os planejamentos públicos na elaboração de políticas que atuem na mitigação das desigualdades. Os estados da região Norte sofrem com o número reduzido de cooperativas de crédito. No estado do Tocantins, apenas 15 municípios contam com estabelecimentos de cooperativas, um número muito aquém para atender a demanda do estado.

### **Referências Bibliográficas**

AZEVEDO, C. M.; SHIKIDA, P. F. A. Assimetria de informação e o crédito agropecuário: o caso dos cooperados da Coamo-Toledo (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, n. 2, p. 267–292, 2004.

BCB. O que é cooperativa de crédito? Banco Central do Brasil. Disponível em:< <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ. v.70, 54 p., 2010. Disponível em:< [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_2010.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2010.pdf)>. Acesso em: 09 mai. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em:< [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)>. Acesso em: 09 mai. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

FUNDAÇÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA - FUNDACE. **Os impactos da abertura comercial e dos**

**acordos internacionais sobre as cooperativas brasileiras.** Ribeirão Preto, SP. 2006. 195 p. Disponível em: <[http://www.fundace.org.br/cooperativismo/projetos\\_pesquisa\\_impactos\\_abertura\\_inter.pdf](http://www.fundace.org.br/cooperativismo/projetos_pesquisa_impactos_abertura_inter.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: editora Atlas, 176 p., 2002.

SARDANHA, L. Responsável pelas operações de crédito das cooperativas do estado do Tocantins. Informações sobre crédito rural concedidos pelas cooperativas do estado do Tocantins no ano de 2010. (acervo pessoal).

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál.** Florianópolis, v. 10, n.º. esp. p. 37-45, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. **O cooperativismo brasileiro: uma história.** Brasília, DF: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004. 150 p.

SCHNEIDER. J. O. (Org.). **Educação cooperativa e suas práticas.** São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

SCHUNTZEMBERGER, A. M. de S. **Evidências do Impacto do Cooperativismo de Crédito na Agropecuária brasileira.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, 172p. 2016.

SILVA, V. C.; BACHA, C. J. C. Análise do funcionamento e da evolução das cooperativas de crédito rural no Brasil de 1990 a 2005. **Pesquisa & Debate**, v. 18, n. 2, p. 197–222, 2007.